



GT 67. Povos indígenas e abordagens transversais: etnologia, história e arqueologia

Coordenador(es):

Vicente Cretton Pereira (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Sessão 1

Debatedor/a: Rafael Fernandes Mendes Júnior (BN)

Sessão 2

Debatedor/a: Fabíola Andréa Silva (USP - Universidade de São Paulo)

O objetivo deste GT é reunir pesquisadores cujos trabalhos explorem a transversalidade entre a antropologia, história e arqueologia relacionada aos povos ameríndios, a fim de iniciar uma discussão sobre novos paradigmas analíticos possíveis em função dos avanços registrados na pesquisa nas duas últimas décadas. Por exemplo, as relações entre os diversos povos indígenas amazônicos e seus padrões da borracha no século XIX, ou entre os grupos guarani e as missões jesuíticas e franciscanas entre os séculos XVI e XIX apontam para a relevância da história para o debate sobre as transformações pelas quais passaram esses e outros grupos ameríndios. A crítica etnográfica de fontes históricas tem trazido à tona dados preciosos acerca de muitos contextos americanos, permitindo reconstruir, ainda que parcialmente, determinadas realidades sociais – bem como repensar as realidades presentes vividas por esses indígenas. Além da antropologia e da história, trabalhos recentes em arqueologia têm contribuído decisivamente para uma maior compreensão de tais realidades, seja desvelando o caráter antropogênico da floresta amazônica por exemplo, ou ainda desenvolvendo uma perspectiva antineolítica para esta região, diferenciando as trajetórias dos povos ameríndios e as dos povos do velho mundo, permitindo vislumbrar traços do que seria uma História Antiga da América.

Órfãs com pais vivos e capazes: uma história do tratamento de crianças de minorias étnicas em Manaus (1870-1940)

Autoria: Ana Luiza Morais Soares (University of Illinois at Chicago)

Era janeiro de 1877 quando em São Joaquim do Rio Negro, uma pequena vila no extremo noroeste da província do Amazonas, duas irmãs vivenciaram a situação mais assustadora de suas vidas. Angela Simões tinha nove a dez anos e Benedicta Simões tinha sete a oito anos quando foram sequestradas em sua própria casa. Elas estavam dormindo em suas redes quando o inspetor de quarterão, Joaquim Pinheiro, e cinco Praças da Guarda Nacional cercaram sua casa e as levaram à força sem nenhuma documentação legal que justificasse tal ato. O tenente Emílio Augusto d'Oliveira, subdelegado da polícia distrital e comandante do forte de São Gabriel, foi o mentor do sequestro e quem acompanhou as meninas a Manaus num barco à vapor. Quando o barco atracou em Barcelos, o juiz municipal da vila ordenou a libertação imediata das meninas, mas o tenente Emílio se recusou a obedecer a ordem. Quando as meninas chegaram em Manaus, elas foram separadas. Angela foi levada para a casa do comerciante João Maria Lourine e Benedicta ficou com o tenente Emílio, ambas então consideradas órfãs. Em 23 de abril de 1877, uma petição de habeas corpus, apresentada pelo pai das meninas, Joaquin Tinoco Simões, começou a ser analisada para libertar Angela e Benedicta. Uma série de testemunhos foram coletados para avaliar esta petição. Algumas perguntas podem ser levantadas após a coleta de todas as informações sobre o seqüestro de Angela e Benedicta. Antes de



tudo, por que esse caso específico teve tão grande repercussão (também aparece no jornal de grande circulação na região: ?Comercio do Amazonas?) se o seqüestro de crianças de minorias étnicas era tão comum desde o início do período colonial no Brasil? Por que só as meninas foram alvo do seqüestro se elas também tinham um irmão mais velho na casa no momento do ocorrido? Quantas outras situações semelhantes não tiveram a mesma visibilidade e, portanto, não tiveram o mesmo final feliz (as meninas retornam para seus pais ao final do processo)? O presente artigo combina perspectivas e métodos da antropologia e da história para desvendar o tratamento que crianças de minorias étnicas (indígenas e afrodescendentes) tiveram na cidade de Manaus do final do século XIX ao início do XX. Eu analiso processos judiciais, jornais, relatórios dos Presidentes de Província e Governadores e estatutos de instituições de ensino voltadas para crianças pobres e indígenas do período em questão para contar essa história. Processos judiciais como o que está no centro desse artigo ajuda a questionar a própria categoria de órfãos e mostrar como crianças pobres e indígenas eram tratadas em contexto urbano, além de evidenciar a manipulação agentiva das leis e instituições judiciais pela população, que demonstram plena consciência das querelas por trás dos cargos políticos.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: